

TutPrv no HABEAS CORPUS Nº 516.501 - CE (2019/0176574-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
REQUERENTE : JOSE GALVANI BRAGA SALES (PRESO)
ADVOGADOS : PAULO NAPOLEÃO GONÇALVES QUEZADO - CE003183
JOÃO MARCELO LIMA PEDROSA - CE012511
FRANCISCO VALDEMÍZIO ACIOLY GUEDES - CE012068
RENAN BENEVIDES FRANCO - CE023450
RICARDO ROCHA LOPES DA COSTA - CE039729
LUCCAS CONRADO PEREIRA CIPRIANO - CE040592
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de pedido de tutela provisória incidental em *habeas corpus* requerido por **JOSE GALVANI BRAGA SALES**.

Nesta petição, o requerente sustenta a necessidade de revogação de sua prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares diversas, seja em razão do excesso de prazo para formação da culpa ou em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, atendendo à Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, o paciente foi preso e denunciado pela prática dos crimes de organização criminosa, estelionato, corrupção ativa, falsificação de documento público e particular, no contexto de fraudes contra o seguro DPVAT, apuradas na "Operação Contumácia".

A prisão preventiva foi decretada em 9/8/2018.

Das informações prestadas pelo Juízo processante, extrai-se que o paciente apresentou resposta à acusação em 13/9/2018, e que atualmente o feito aguarda retorno de cartas precatórias para posterior designação da audiência de instrução (e-STJ, fls. 1175-1179).

Pois bem.

Segundo orientação dos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado.

Destaco o parecer do Ministério Público Federal:

"O paciente está preso preventivamente desde 09/08/2018 e ainda não há data designada para a realização da audiência de instrução.

Apesar de tratar-se de ação penal com pluralidade de réus e de crimes, nada justifica a excessiva demora no processamento da acusação (mais de 12 meses sem que tenha sido realizada audiência de instrução).

Resta, portanto, configurado o excesso de prazo na formação da culpa, e o consequente constrangimento ilegal na manutenção da prisão preventiva do ora paciente.

[...].

A jurisprudência é firme no sentido de que para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Exige-se, ainda, na linha adotada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato e revele a imprescindibilidade da medida, vedadas considerações genéricas sobre a gravidade do crime.

A despeito da gravidade, da reprovabilidade social do comportamento atribuído ao paciente, há de ser analisada a eventual existência de meios outros, que não a prisão preventiva, que possam, com igual idoneidade e eficácia, satisfazer as exigências cautelares do caso analisado, com carga coativa menor.

As medidas alternativas à prisão estão ligadas à ideia de uma providência igualmente adequada e suficiente para o fim buscado com a medida cautelar extrema, porém, com menor grau de lesividade à esfera de liberdade do indivíduo, como bem ressaltou o Ministro Rogério Schietti Cruz quando do julgamento do habeas corpus n.º 361.750/TO.

É pacífico o entendimento no sentido que o juiz somente poderá decretar a medida mais radical, qual seja, a prisão preventiva, quando não existirem outras medidas menos gravosas ao direito de liberdade do acusado, por meio das quais seja possível alcançar, com igual eficácia, os mesmos fins colimados pela custódia cautelar.

[...].

Sendo assim, analisando o caso concreto, à luz do princípio da proporcionalidade e das medidas alternativas fornecidas pela Lei 12.403/2011, é perfeitamente aplicável ao caso uma ou mais medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal diversas da prisão, mas suficientes e adequadas para obter o mesmo resultado – a proteção do bem jurídico sob ameaça – de forma menos gravosa ao paciente." (e-sTJ, fls. 1191-1200, grifou-se)

Nesse sentido, considerando que o paciente encontra-se encarcerado preventivamente desde agosto/2018, sem designação da audiência de instrução, verifico, em análise perfunctória, excesso de prazo para formação da culpa.

Assim, tratando-se ainda de crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, revela-se recomendável a aplicação de medidas menos gravosas, nos termos do art. 319 do CPP.

Ante o exposto, **defiro o pedido liminar**, reconhecendo o excesso de prazo na formação da culpa, para determinar que o paciente aguarde em liberdade o

Superior Tribunal de Justiça

julgamento definitivo deste *habeas corpus*, devendo o Magistrado de Primeiro Grau indicar a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Deve-se, ainda, advertir o paciente de que eventual desobediência às condições importará no restabelecimento da custódia preventiva.

Comunique-se, **com urgência**, ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e ao Juízo da Vara de Delitos de Organização Criminosa da Comarca de Fortaleza - CE.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator